



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Nossa Referência: FP-036/2014

Data: 13/02/2014

Exm. Senhor

Ministro da Educação e Ciência

Av. 5 de Outubro, 107

1069-018 LISBOA

A reunião que hoje se realiza tem uma grande importância, na medida em que, como a FENPROF tem afirmado, o futuro só poderá ser preparado em condições de tranquilidade, como é desejável, se os problemas que existem no presente forem resolvidos. Esse é um esforço que compete a todos, assumindo a FENPROF a sua responsabilidade nesse processo.

Nesse sentido, a FENPROF pretende, em primeiro lugar, que sejam fixadas as matérias sobre as quais é necessário intervir. Uma intervenção que deverá obedecer a processos negociais sérios, ao longo dos quais a FENPROF, procurando contribuir para a resolução dos problemas e para a preparação do futuro, apresentará propostas concretas, exequíveis, e que, a serem consideradas, devolverão estabilidade ao sistema educativo, às escolas e aos seus profissionais. Tudo isto com um objetivo principal: garantir uma elevada qualidade educativa e de ensino numa Escola Pública assumidamente democrática e para todos.

Procurando, ainda, facilitar a resolução dos problemas, a FENPROF estará disponível para reunir e negociar com V.^a Ex.^a, tanto em mesa específica, como, se houver acordo, em mesa única que reúna todas as organizações. A FENPROF só não estará disponível para subscrever soluções que se traduzam no arrastamento ou até agravamento dos problemas ou, em relação ao futuro, na contínua degradação das condições de trabalho dos docentes, no empobrecimento da escola ou no despedimento de profissionais.

A FENPROF recebeu ontem, dia 12, ao final da tarde, convocatórias para reuniões que visam: *i*) alterar o Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de concursos, *ii*) analisar uma proposta de diploma de concurso de vinculação extraordinária e *iii*) debater questões relacionadas com os currículos escolares, o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular e a educação inclusiva. Correspondendo a matérias que constam dos vários pedidos de reunião que têm sido apresentados pela FENPROF, contudo, são muitas as que ficam de fora, apesar de merecerem uma resposta urgente.

Assim, a FENPROF assinala os seguintes aspetos ainda em falta, disponibilizando-se para, através dos indispensáveis processos negociais, procurar soluções de consenso:

- ESTABILIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DAS ESCOLAS

. Realização de concursos interno e externo intercalar em 2014, com efeitos a 1 de setembro desse ano, sendo necessárias, antes da sua realização, diversas alterações ao regime de concursos em vigor;

. Aplicação da diretiva comunitária 1999/70/CE, sobre acesso aos quadros e remunerações, a todos os docentes, incluindo Superior e Ensino Artístico Especializado.

- VALORIZAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS

. Cumprimento da diretiva comunitária e da legislação nacional que obriga à remoção do amianto dos edifícios públicos, incluindo das escolas;

. Processo de requalificação do parque escolar, nomeadamente o reatamento de obras interrompidas e a realização de outras que ainda não se iniciaram;

. Negociação das normas sobre a organização do próximo ano letivo (2014/2015), em particular no que respeita aos horários de trabalho dos docentes e às horas atribuídas às escolas para desenvolvimento de atividades diversas;

. Negociação da revisão do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

- QUESTÕES RELACIONADAS COM CARREIRAS E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DOCENTE

. Processo de reposicionamento dos docentes ilegalmente mantidos no índice 245, no cumprimento de decisões de diversos tribunais, incluindo o Tribunal Constitucional;

. Revogação da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC);

. Formação de professores e regime de habilitações para a docência.

- QUALIDADE DO ENSINO E DA FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS

. A obrigatoriedade de os alunos do 9.º ano realizarem teste diagnóstico supervisionado pela Cambridge English Language Assessment;

. As designadas “meias licenciaturas” a conferir pelos Institutos Politécnicos.

- QUESTÕES DE FUNDO DO SISTEMA EDUCATIVO

- . Financiamento da Educação, incluindo o financiamento público do ensino privado;
- . Financiamento do ensino superior público e reorganização da rede;
- . Financiamento da Ciência e futuro da Investigação Científica no nosso país.

Com os melhores cumprimentos

O Secretariado Nacional

Mário Nogueira
Secretário-geral